

Seleção pesquisas pré-projetos

Projetos de Pesquisa				
Item	Grupo de Pesquisa	Programa Acadêmico	Título	Objetivo
1	Políticas Públicas	Consumo, Meio Ambiente e Sustentabilidade; Diálogos Democráticos; Direitos humanos, memórias e políticas de reparação; Gênero, raça e etnia; Corrupção, improbidade e criminalidade; Migrações, refúgio, trabalho escravo e tráfico de pessoas; Ministério Público Resolutivo: consensualidade, processo e procedimento; Movimentos e organizações sociais e sindicais; O Futuro do Trabalho	Consolidação das políticas públicas no Brasil	<p>Fortalecer o papel do Ministério Público, como ator governamental e intermediador de atores não governamentais.</p> <p>Estrategicamente permite o entrelaçamento das linhas de pesquisa com os eixos propostos no projeto. Ampliar a visão estratégica das políticas públicas no Brasil, permitindo a consolidação de outros temas e eixos.</p> <p>Permite o desenho das políticas públicas até então adotadas, assim como o redesenho dessas políticas possibilitando o dimensionamento de ações mais efetivas e concretas.</p> <p>O objetivo central do presente trabalho é de levantar argumentos e lançar pistas de forma a contribuir para o estudo científico e dogmático, sem contudo, renunciar a abordagens multidisciplinares necessárias à compreensão do tema.</p> <p>Sem a pretensão de esgotar o tema, este trabalho procura contribuir para o debate democrático das políticas públicas, promovendo reflexões e propostas para o seu adequado aprimoramento e aproveitamento. Além disso, aprofundar e inserir a ESMPU no centro das discussões sobre o tema. Projetar o Brasil no cenário mundial de desenho de políticas públicas, visando a modernização na legislação, a aproximação entre os atores sociais e o fortalecimento da imagem do país no exterior.</p>
2	Políticas Públicas	Diálogos Democráticos	Diálogos democráticos: o papel do Estado e da sociedade civil no (re)desenho das políticas públicas no Brasil	<p>Fortalecer o papel do Ministério Público, como ator governamental e intermediador de atores não governamentais.</p> <p>Ampliar a visão estratégica das políticas públicas primárias no Brasil, tais como: saúde, educação, segurança pública, infraestrutura.</p> <p>Permite o desenho das políticas públicas até então adotadas, assim como o redesenho dessas políticas possibilitando o dimensionamento de ações mais efetivas e concretas.</p> <p>O objetivo central do presente trabalho é de levantar argumentos e lançar pistas de forma a contribuir para o estudo científico e dogmático, sem contudo, renunciar a abordagens multidisciplinares necessárias à compreensão do tema.</p> <p>É necessário, porém, promover um processo de revisão das políticas públicas, especialmente quanto às suas variações mais tradicionais (saúde, educação, segurança pública, infraestrutura), tanto em nível local quanto regional ou até mesmo nacional.</p> <p>Sem a pretensão de esgotar o tema, este trabalho procura contribuir para o debate democrático das políticas públicas, promovendo reflexões e propostas para o seu adequado aprimoramento e aproveitamento. Além disso, objetiva aprofundar e inserir o Brasil no centro das discussões sobre o tema. Projetar o Brasil no cenário mundial de desenho/redesenho de políticas públicas, visando a modernização na legislação, a aproximação entre os atores sociais e o fortalecimento da imagem do país no exterior.</p>

Seleção pesquisas pré-projetos

Projetos de Pesquisa				
Item	Grupo de Pesquisa	Programa Acadêmico	Título	Objetivo
3	Políticas Públicas	Consumo, Meio Ambiente e Sustentabilidade;	O potencial termal brasileiro: resgate dos balneários como incentivo para o turismo no Brasil	<p>Fortalecer o papel do Ministério Público na conservação desses lugares com formações geomorfológicas privilegiadas e promover a proteção ambiental em detrimento da exploração ou abandono por falta de investimentos, resgatando e inserindo-os no cenário nacional e internacional.</p> <p>Lutar contra o abandono e a proteção desse patrimônio histórico como a biblioteca termal do balneário de Poços de Caldas/MG, e o resgate do primeiro hospital termal do Brasil, em Caldas da Imperatriz/SC.</p> <p>Ampliar a visão estratégica das práticas terapêuticas naturais com o turismo brasileiro, valorizando as belas paisagens naturais, melhorando a infraestrutura das regiões turísticas, qualidade nos serviços prestados, modernização na legislação e o fortalecimento da imagem do país no exterior.</p> <p>É uma prática que visa a promoção da saúde, proteção ambiental, geração de emprego, turismo, lazer, resgate de saberes e práticas populares em saúde (HELLMANN e RODRIGUES, 2017). Possibilita aferir as políticas desenvolvimentistas em saúde, meio ambiente e turismo e a efetividade dessas enquanto ações de governo (políticas públicas – ação ou omissão).</p> <p>O uso do termalismo como uma nova possibilidade terapêutica ainda é algo que tende a crescer, pois sua inclusão no SUS é algo ainda recente e permite apontar o papel do Estado na política pública de Desenvolvimento Sustentável, investigando as relações entre Direito Ambiental, turismo, práticas de saúde e bem-estar na sociedade contemporânea.</p> <p>Aprofundar e inserir o Brasil no centro das discussões sobre Termalismo e Crenoterapia, com vistas à consolidação de uma política direcionada de aproveitamento consciente dos recursos naturais, dentre eles, as águas termais. Fortalecer e integrar associações. Fortalecer políticas públicas, em especial as que protejam os recursos hídricos brasileiros.</p> <p>Projetar o Brasil no cenário termal mundial.</p>

Seleção pesquisas pré-projetos

Projetos de Pesquisa				
Item	Grupo de Pesquisa	Programa Acadêmico	Título	Objetivo
4	Políticas Públicas	Consumo, Meio Ambiente e Sustentabilidade;	Proteção dos sistemas aquíferos interestaduais e internacionais: diálogos com órgãos mundiais de proteção ambiental	<p>Fortalecer o papel do Ministério Público na conservação desses lugares com formações geomorfológicas privilegiadas e promover a proteção ambiental em detrimento da exploração ou abandono por falta de investimentos, resgatando e inserindo-os no cenário nacional e internacional.</p> <p>Lutar contra o abandono e a proteção desse patrimônio e das áreas no entorno, visando a utilização industrial, agrícola e o consumo humano.</p> <p>Ampliar a visão estratégica de utilização e mapeamento do SAG.</p> <p>O objetivo do presente trabalho foi levantar argumentos e não mostrar que a água subterrânea é sempre superior e mais vantajosa em detrimento das águas superficiais, chamando a atenção para o fato de que quando se tem atribuição a dois domínios, estes devem ser melhor caracterizados, para que não se chegue a interpretações duvidosas, tendo em conta a característica específica de cada recurso.</p> <p>É necessário, porém, promover um processo de revisão das leis e das políticas públicas, especialmente quanto à proteção dos recursos hídricos subterrâneos. Nesse sentido, necessita-se da implementação de políticas públicas, tanto em nível regional quanto internacional.</p> <p>Sem a pretensão de esgotar o tema, este trabalho procura contribuir para tal elucidação, promovendo reflexões e propostas para o adequado aprimoramento da gestão dos recursos hídricos, em especial os subterrâneos. Além disso, vem promover uma efetiva gestão das águas subterrâneas, visa contribuir para a sustentabilidade e uso racional da disponibilidade hídrica.</p> <p>Aprofundar e inserir o Brasil no centro das discussões sobre recursos hídricos subterrâneos internacionais, promovendo proteção, a utilização racional, e evitando contaminações transfronteiriças.</p> <p>Fortalecer e integrar associações de recursos hídricos. Fortalecer políticas públicas, em especial as que protejam os recursos hídricos brasileiros.</p> <p>Projetar o Brasil no cenário mundial de proteção dos recursos hídricos subterrâneos, visando a modernização na legislação e o fortalecimento da imagem do país no exterior.</p> <p>Canal de diálogo e fortalecimento com grandes organizações mundiais como UNESCO (ONU), UNASUL, OEA, OMME.</p> <p>Possibilidade de estender a declaração de patrimônio mundial da humanidade ao Sistema Aquífero Alter do Chão, também situado no Brasil.</p>

Seleção pesquisas pré-projetos

Projetos de Pesquisa				
Item	Grupo de Pesquisa	Programa Acadêmico	Título	Objetivo
5	Políticas Públicas	Vulnerabilidade e inclusão social	Tecnologias assistivas, democracia e inovações: assistência humana para pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e tratamentos alternativos	<p>Generalizar o uso das figuras da metodologia em tecnologia assistiva (Picture Exchange Communication System – PECS) aprendidos através da aplicação do método TEACCH, para o contexto familiar. Segundo a PECS-Brasil, o sistema começa ensinando a pessoa a trocar a figura de um item desejado pelo próprio item com um “parceiro de comunicação”. A seguir o sistema ensina a pessoa a discriminação de figuras e como juntá-las formando sentenças.</p> <p>Em linhas específicas, objetiva-se favorecer o uso da comunicação através das figuras no ambiente familiar.</p> <p>Facilitar a independência na comunicação e a orientação de rotinas do ambiente familiar.</p> <p>Capacitar os familiares quanto ao uso das figuras.</p> <p>Adaptar o ambiente familiar a fim de estruturá-lo.</p> <p>Criar uma agenda de atividades.</p> <p>Facilitar a comunicação de alterações nas rotinas.</p> <p>Adoção de políticas públicas uniformes para capacitar pais, cuidadores e professores.</p> <p>Fortalecer o papel do professor, aos quais devem receber orientações adequadas para manejo comportamental em sala de aula, baseadas na análise do comportamento, sendo importante:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ter conhecimento teórico atualizado sobre os tratamentos de cada aluno, segundo seu grau de dificuldade; - ter conhecimento prático sobre o aluno; - estabelecer um canal de comunicação com o aluno; - ter tolerância à frustração, persistência e consistência; - orientar as famílias dos alunos e trabalhar em parceria; - ter sensibilidade; - ser afetuoso; firme; seguro; emocionalmente estável; assertivo; organizado; sereno; entusiasmado. <p>Fortalecer o papel do Ministério Público elemento direcionador e formador de políticas públicas neste segmento.</p> <p>Sem querer explorar a complexidade que o tema requer, o projeto possibilita desmistificar o direito da pessoa com espectro autista, além de melhorar sua confiança e autoestima, vez que em muitos aspectos são pessoas limitadas em relacionamento social, mas geralmente com grandes dotações intelectuais para outras atividades, com chances de se destacarem amplamente.</p> <p>Lutar contra o abandono de políticas públicas em Tecnologias assistivas, democracia e inovações: assistência humana para pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e tratamentos alternativos.</p> <p>Ampliar a visão estratégica das práticas terapêuticas, valorizando o ambiente familiar e escolar.</p>

Seleção pesquisas pré-projetos

Projetos de Pesquisa				
Item	Grupo de Pesquisa	Programa Acadêmico	Título	Objetivo
6	Políticas Públicas	Formação de Docentes	Uniformização das metodologias acadêmicas no Brasil	<p>Fortalecer o papel da ABNT enquanto formadora de diretrizes específicas para a regulação de documentos acadêmicos no Brasil, com a criação de uma única norma acadêmica a ser seguida por pesquisadores e docentes em território brasileiro.</p> <p>Intuir o papel do Ministério Público brasileiro na elaboração dessa diretriz única e no fortalecimento e consolidação da ABNT quanto às normas documentais a serem seguidas pelas instituições de ensino e revistas situadas em território nacional.</p> <p>Lutar contra o abandono da norma acadêmica que rege a descrição documental em estudos acadêmicos brasileiros, visando a proteção intelectual desse patrimônio bibliográfico.</p> <p>Ampliar a prática metodológica da ABNT no âmbito da qualidade de seus serviços prestados, modernização na legislação e o fortalecimento de regras acadêmicas mais estruturadas, impedindo que regras desenvolvidas em instituições ou revistas estrangeiras sejam aplicadas no âmbito do território nacional.</p> <p>Visa a uniformização de regras acadêmicas claras e objetivas perante as instituições de ensino e revistas acadêmicas.</p> <p>Fortalece o papel institucional das Universidades e dos formadores de opinião no país.</p> <p>O modelo contrapõe-se a adoção no Brasil, das normas da American Psychological Association-APA, tendo como objetivo sistematizar e reafirmar as regras da ABNT relativas a estilo de escrita, estrutura, conteúdo e formatação de um artigo científico, auxiliando na estruturação de trabalhos, facilitando a publicação dos artigos acadêmicos, dando credibilidade e visibilidade aos autores e à Instituição junto à comunidade acadêmica e científica brasileira e internacional.</p>
7	Acesso à Justiça	Ministério Público resolutivo: consensualidade, processo e procedimento	Acesso coletivo à justiça: desafios de eficiência e economicidade	<p>Mapear e avaliar a contribuição do Ministério Público da União no acesso coletivo à justiça, tanto do ponto de vista da economicidade para o sistema de justiça, quanto da efetividade para os destinatários da prestação jurisdicional.</p>

Seleção pesquisas pré-projetos

Projetos de Pesquisa				
Item	Grupo de Pesquisa	Programa Acadêmico	Título	Objetivo
8	Movimentos Sociais	Movimentos e organizações sociais e sindicais	Ministério Públicos, sindicatos e movimentos sociais: interações e percepções mútuas	(a) identificar e analisar padrões de interação entre Ministério Público, sindicatos e movimentos sociais*; e (b) avaliar percepções de membros dessas instituições sobre interações entre elas.
9	Sistema de Justiça Penal e Segurança Pública	Internacionalização dos direitos; Direitos humanos, memórias e políticas de reparação; Gênero, raça e etnia; Corrupção, improbidade e criminalidade; Migrações, refúgio, trabalho escravo e tráfico de pessoas; Ministério Público Resolutivo: consensualidade, processo e procedimento; Proteção de pessoas ameaçadas; Tortura, violência e privação de liberdade; Criminalidade e perseguição penal.	Cooperação jurídica internacional em matéria criminal na Justiça Federal	Identificação do "mapa da cooperação jurídica internacional (CJI) na matéria penal" no sistema de justiça federal, enfocando o (i) tipo de cooperação pleiteada ou recebida (cooperação ativa e passiva), (ii) o tempo de cumprimento do pedido cooperacional por órgão interveniente e (iii) a identificação de deliberações sobre a legitimidade ou ilegitimidade do que é produzido no pedido cooperacional.
10	Sistema de Justiça Penal e Segurança Pública	Internacionalização dos direitos; Direitos humanos, memórias e políticas de reparação; Gênero, raça e etnia; Corrupção, improbidade e criminalidade; Migrações, refúgio, trabalho escravo e tráfico de pessoas; Ministério Público Resolutivo: consensualidade, processo e procedimento; Proteção de pessoas ameaçadas; Tortura, violência e privação de liberdade; Criminalidade e perseguição penal.	Direitos e garantias no processo penal conforme a Convenção Americana de Direitos Humanos	Construir um modelo convencionalmente adequado de atuação dos diversos atores na demanda criminal e, em especial do Ministério Público, desde a fase pré-processual até o trânsito em julgado
11	Sistema de justiça penal e segurança pública	Gênero, raça e não discriminação; Corrupção, improbidade e criminalidade; Tortura, violência e privação de liberdade	O fluxo do sistema de justiça criminal no Distrito Federal	Descrever o mapa da criminalidade do Distrito Federal. O objetivo específico da primeira etapa é descrever o fluxo do sistema de justiça criminal no ano de 2018. O estudo evidenciará as correlações entre denúncias e arquivamentos, as incidências penais, o tempo da investigação policial e outros dados disponíveis na base utilizada (perfil dos autores e vítimas) (Sisproweb). Na segunda etapa, o objetivo específico é, com base na análise de campo, analisar detalhadamente o fluxo das mortes violentas pelo sistema de justiça criminal do Distrito Federal. O estudo permitirá compreender como as mortes violentas são processadas pelo sistema de justiça criminal, o desempenho da atividade policial no esclarecimento dos casos, os perfis dos autores e vítimas.
12	Sistema de justiça penal e segurança pública	Gênero, raça e não discriminação; Corrupção, improbidade e criminalidade; Tortura, violência e privação de liberdade	Análise e diagnóstico de homicídios no Distrito Federal em 2018	A elaboração do diagnóstico preliminar da distribuição espacial dos homicídios registrados no Distrito Federal, no ano de 2018, de forma a compreender as principais características dos autores e vítimas, bem como outros dados pertinentes: Perfil da vítima; Taxas de identificação preliminar de autores/suspeitos; meio empregado; hora, dia e local das ocorrências; áreas da cidade com maior concentração.
13	Sistema de justiça penal e segurança pública	Gênero, raça e não discriminação; Corrupção, improbidade e criminalidade; Tortura, violência e privação de liberdade	A corrupção no sistema de Justiça Federal	A elaboração de análise do fluxo do sistema de justiça federal, e pretende replicar a metodologia de análise estatística documental utilizada na pesquisa "A investigação e a perseguição penal da corrupção e dos delitos econômicos no sistema de justiça federal", financiada pela ESMPU.

Seleção pesquisas pré-projetos

Projetos de Pesquisa				
Item	Grupo de Pesquisa	Programa Acadêmico	Título	Objetivo
14	Sociedade e Trabalho	O Futuro do Trabalho	Reforma Trabalhista: interpretação, tendências sobre o futuro das relações de trabalho e formas de atuação do Ministério Público	Situar a Reforma Trabalhista na história e suas possíveis implicações política, econômica, jurídica e social; (b) analisar as modificações legislativas introduzidas pela Lei n. 13.467/2017; (c) analisar as atuais posições nos planos teórico e pragmático acerca do tema; (d) analisar a forma de atuação do Ministério Público frente à Reforma Trabalhista, caso seus termos sejam mantidos, com a improcedência dos pedidos de declaração de inconstitucionalidade e inconveniência; (e) analisar e apontar sinalizações sobre o futuro das relações de trabalho no Brasil em cotejo com as novas tecnologias (aplicativos, robóticas, plataformas digitais etc.), as novas tendências verificadas em outros países e a Reforma Trabalhista no Brasil.
15	Direitos Humanos	Internacionalização do Direito; Direitos Humanos, memória e políticas de reparação; Ministério Público Resolutivo: consensualidade, processo e procedimento	A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão: definição, atribuições, conflitos e dimensão internacional	Uma definição da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão a partir dos aportes teóricos e da experiência prática, com a explicitação das atribuições institucionais, o levantamento dos conflitos com outros órgãos e a explicitação da dimensão internacional de sua atuação.
16	Direitos Humanos	Direitos Humanos, memória e políticas de reparação	As implicações de direitos humanos nos programas e grupos de pesquisa da ESMPU	
17	Direitos Humanos	Direitos Humanos, memória e políticas de reparação	Direitos previdenciários e assistenciais em face da reforma constitucional do sistema previdenciário	
18	Gênero e Raça	Gênero e raça e não discriminação	Os impactos da cruzada antigênero na violação de direitos humanos e fundamentais no Brasil	Avaliar os impactos da cruzada antigênero na violação dos direitos humanos e fundamentais
19	Gênero e Raça	Gênero e raça e não discriminação	Perfil, representações socioculturais e formação profissional de membras e membros do Ministério Público da União: análise do ideário profissional sobre acesso a direitos e equidade de gênero e raça em perspectiva interseccional	Conhecer e analisar o perfil, as representações e a formação profissional das membras e membros dos distintos ramos do Ministério Público da União
20	Gênero e Raça	Gênero e raça e não discriminação	A utilização do Cadastro Nacional de Violência Doméstica do CNMP como instrumento para a construção de políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher	O programa busca avaliar a alimentação do CNVD/CNMP pelos diversos Ministérios Públicos, e extrair dados do banco de dados, mediante realização de cruzamentos de dados, informações qualificadas sobre o perfil dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, índices de recidiva e fatores de risco, de forma a subsidiar a construção de políticas públicas de prevenção individualizadas a cada unidade federativa do Brasil, sua fiscalização pelo Ministério Público, bem como informações sobre o acesso à justiça nestes casos, fornecendo um retrato da atuação do sistema de justiça. Pretende-se selecionar , selecionando 5 Estados e avaliar a qualidade dos dados alimentados no sistema, apresentando propostas de aperfeiçoamento da alimentação do banco de dados, contribuindo para a consolidação desta política pública nacional do Ministério Público Brasileiro, com repercussões na atuação do MPDFT (nível distrital) e do MPF (nível nacional).

Seleção pesquisas pré-projetos

Projetos de Pesquisa				
Item	Grupo de Pesquisa	Programa Acadêmico	Título	Objetivo
21	Internacionalização	Internacionalização do direitos; Gênero, raça e não discriminação; Direitos Humanos, memória e políticas de reparação	A proteção internacional dos direitos dos povos indígenas e tradicionais no diálogo com as cortes brasileiras	Entender como se dá o diálogo institucional entre o Sistema de Justiça brasileiro e os órgãos de decisão do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, de forma a entender como ocorre na prática o exercício do controle de convencionalidade na temática dos direitos dos povos indígenas e tradicionais.
22	Internacionalização	Internacionalização do Direito	Pluralismo jurídico e a atuação do Ministério Público	Avaliar e Identificar métodos (exitosos e não exitosos) de atuação do Ministério Público brasileiro sob a ótica do pluralismo jurídico e os desafios na defesa dos índios a partir da experiência da jurisprudência da Corte Interamericana dos Direitos Humanos e de outras Cortes Constitucionais da América Latina
23	Internacionalização	Internacionalização do Direito	A atuação do Ministério Público Federal na temática de migração e refúgio	Investigar a atuação do Ministério Público Federal em procedimentos relacionados à migração e ao refúgio.
24	Internacionalização	Internacionalização do Direito	Diálogo entre o direito internacional dos direitos humanos e a ordem constitucional na América Latina: um estudo jurisprudencial	Investigar os diálogos travados entre cortes constitucionais, no âmbito da América Latina, sobre o impacto do direito internacional dos direitos humanos na ordem constitucional.